



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

1 Ao décimo nono dia do mês de Setembro de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta
2 minutos, no Escritório Regional, situado à Rua Paula Gomes, nº703, ao bairro São
3 Francisco, Curitiba – PR. Deu-se início a Reunião Ordinária do **Conselho Estadual dos**
4 **Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA**, fizeram-se presentes,
5 conforme convocação os conselheiros **Titulares Governamentais**: João Guilherme De
6 Mello Simão (SEJUF-DEDIF), Lucimar Pasin Godoy (SESA), Joice Barbaresco (SEED).
7 **Titulares da Sociedade Civil**: Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Regional Paraná), Isadora
8 de França Lopes (Aras Maringá), Fabricia Laís Pigaini (Caritas Londrina), Marcos Regazzo
9 (Suplente – Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da Silva (CRESS), Gustot Lucien
10 (Pastoral do Migrante de Curitiba). **Representantes**: Nerissa Krebs Farret (OIM-ONU),
11 Tatyana Friedrich (UFPR – Catédra Sérgio Vieira de Mello), Dr^a Aieda Muhieddine (OAB
12 Paraná), Levi José Diniz (Pastoral do Migrante de Curitiba), Malvina Ferrreira (2^a Regional
13 de Saúde de Curitiba), Isabela Traub (MPPR), Eliete S. Vilela (SGCC) Roselene Sonda
14 (CAOPJDH – MPPR).

15 Abrindo os trabalhos, a Presidente do conselho, Márcia Ponce, solicitou a apresentação de
16 todos os presentes. A mesma apresentou os pontos de pauta e também apresentou a visita
17 dos representantes da Cáritas Francesa, que estão aproveitando, entre a agenda de visita,
18 para visitar e conhecer o CERMA. Foi dada a palavra em primeiro lugar a representante da
19 Caritas Francesa para fazer os seus relatos. O sr. Rafael Machado (Cáritas Regional)
20 comentou que os convidados fizeram visita a sede da Cáritas Regional e a casa de alguns
21 migrantes por paróquia. Também realizaram visita ao Centro Estadual de Informação do
22 Migrante. A representante comentou que quarenta e oito por cento do público alvo da
23 Cáritas Francesa é migrante, e neste sentido as ações acontecem em três frentes. Também
24 comentou que nove por cento da população francesa é migrante. As ações são
25 sensibilização, ações de atendimentos das demandas dos migrantes e advocacy. Além da
26 migração a entidade acompanha pessoas em situação de vulnerabilidade em geral como
27 por exemplo, trabalho voltado as mulheres e aos direitos dos apenados. Ela comenta que
28 leva da experiência de Curitiba de acolhimento institucional e da inserção laboral de
29 migrantes. O sr. Rafael Machado (Cáritas Regional) explica que a visita deles se dá no
30 âmbito da campanha “Compartilhe a viagem”, a nível mundial da Cáritas. O conselheiro
31 Gustot (Pastoral do Migrante Curitiba) perguntou se existe um trabalho feito em rede na
32 França, relacionando as entidades com o governo. A representante comenta que
33 infelizmente não. A Presidente Márcia Ponce que o Brasil e o Paraná são uma boa
34 experiência a compartilhar e que a experiência do CERMA é uma ação muito avançada. A
35 conselheira Isadora de França Lopes (Aras Maringá) pergunta se existe uma lei de
36 migração na França, se eles possuem parcerias com o governo e se os migrantes recebem
37 algum subsídio governamental para subsistência. A representante diz que os refugiados
38 não podem trabalhar e dessa maneira recebem um subsídio e moradia enquanto esperam



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

39 a aprovação da sua solicitação. Também que não há acordos bilaterais com outros países
40 sobre migração. Infelizmente há também o caso de muitos migrantes indocumentados. O
41 sr. Levi José (Pastoral do Migrante Curitiba) pergunta quais as nacionalidades mais
42 atendidas na França. A representante responde que são Sudão, Eritreia, Afeganistão, Síria,
43 Iraque, e um percentual muito grande da África Subsaariana. Também que muitos são
44 crianças e adolescentes. A Presidente Márcia Ponce fez uma breve explicação e memória
45 sobre o CERMA para as representantes. A conselheira Lucimar (SESA) comentou sobre os
46 avanços que discutidos e orientados na implementação do Plano Estadual e também da
47 criação do CEIM. A convidada, Prof. Tatyana Friedrich (UFPR) comentou que na UFPR há
48 um programa para os refugiados, em que oferece aulas de português e informática,
49 atendimento psicológico e jurídico. A universidade também tem uma política universitária
50 de inclusão de imigrantes e refugiados, onde os cursos de graduação têm vagas específicas
51 e um processo diferenciado para a revalidação. O sr. Levi José (Pastoral do Migrante
52 Curitiba) questiona se na França, o governo possibilita aulas e cursos profissionalizantes
53 para os imigrantes. A representante alega, que em primeira instância deve haver o processo
54 de regularização migratória, pois muitas coisas são oferecidas, porém apenas aos
55 regularizados. Em segundo lugar, que o Governo Francês oferece no bojo da sua atuação,
56 um número diverso de opções e benefícios para a inclusão labora dos migrantes, entre eles
57 cursos do idioma francês e também a revalidação de diplomas, este último sendo algo mais
58 restritivo e de difícil acesso. A conselheira Lucimar (SESA) comenta sobre o que significa o
59 SUS e a sua política universal em diferença à França, e o Conselheiros João Guilherme
60 (SEJUF-DEDIF) complementa que os migrantes ao adentrarem território nacional tem
61 acesso a todos os benefícios igualmente a população brasileira e também com as mesmas
62 dificuldades. O conselheiro perguntou aos visitantes se o governo Francês faz algum
63 trabalho de articulação e ou se há espaço para uma ação conjunta em forma de comitê ou
64 conselho. A representante diz que todo o trabalho é resultado de uma provocação feita pela
65 sociedade civil, porém que o Estado Francês não discute a migração em um espaço de
66 participação popular. O conselheiro pergunta também se o sistema de justiça participa dos
67 processos cobrando o governo. A representante diz que a atuação do ministério público é
68 imparcial e alheia ao processo. Terminado os relatos, a Presidente Márcia seguiu com a
69 pauta. 1. **Informes do CERMA (justificativas de ausência, prestação de contas, comissões, etc);**
70 A Presidente Márcia comentou que não há quórum para decisões na
71 reunião. O conselheiro João Guilherme informa as justificativas dos ausentes: Maria de
72 Lourdes (SPM Francisco Beltrão), Cassiana Kreher (Aldeias Infantis SOS) e Yuri Roesler
73 (SESP). O conselheiro comenta que as justificativas são muito falhas e pouco
74 fundamentadas. A Presidente Márcia Ponce diz que é necessário colocar esse tema das
75 justificativas em pauta. Ela comenta que solicitou uma reunião com o Secretário de Justiça
76 e se possível com o governador para relatar as dificuldades sentidas no CERMA após a
77 reforma administrativa do governo. Também relata que o trabalho foi muito prejudicado em



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

78 vista do conselheiro João Guilherme estar sozinho na condução da política do migrante e
79 da secretaria executiva do conselho simultaneamente. A Presidente Márcia Ponce relata
80 sobre o e-mail de convocação do chefe da casa civil Guto Silva junto ao secretário Ney
81 Leprevost, em que solicita aos conselhos vinculados à secretaria de justiça uma reunião de
82 trabalho, no dia dois de Outubro, no Palácio Iguazu. A mesma comenta que talvez não
83 possa se fazer presente, e que verificará como o CERMA pode ser representado, porém
84 acredita que a Vice-presidente Joice Barbaresco e o conselheiro João Guilherme se farão
85 presente. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) comenta que a reunião tem um
86 caráter a relatar ao executivo quais as maiores dificuldades e apresentar as demandas do
87 conselho. A conselheira Elietti (SECC) comenta que as dificuldades de pessoal são um
88 pouco por questão da redução de cargos realizada de forma drástica no governo após a
89 reforma, porém que não há uma redução do espírito de trabalho senão uma diminuição da
90 capacidade operacional. Foi discutido também a questão da representatividade Nigeriana
91 dentro do conselho, sobre suas participações e comparecimentos. A Presidente Márcia
92 Ponce comenta que a pesar da importância de uma organização de migrantes querer
93 participar, a sua falta tem prejudicado ao conselho, e que seria importante retomar a prática
94 de oficializar as entidades. Também oficial os gabinetes dos secretários das pastas sobre
95 as faltas governamentais. A sra. Roselene Sonda (CAOPJDH – MPPR) pergunta se a
96 entidade foi comunicada sobre o tema. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF)
97 relata que foi oficiada e entidade, que há comunicação via rede social com um
98 representante, porém que o conselheiro titular pela entidade, que também é o presidente
99 da mesma, possui uma questão de caráter pessoal que o está impossibilitando de participar
100 das reuniões. Foi-se discutido sobre o que dita o regimento interno, e sobre a aplicação
101 imediata do mesmo. O conselheiro Gustot (Pastoral do Migrante Curitiba) comentou que
102 precisam ser levadas em conta as situações particulares dos conselheiros e o que pode
103 levar a uma organização a ter o seu trabalho prejudicado por cada uma destas situações.
104 O que há trás disso. A Presidente Márcia Ponce expôs que a maior angústia que se
105 apresenta é a realidade de falar pelos migrantes quando se deveria escutar os próprios
106 migrantes, e isto está em conflito nesta relação de uma entidade que não está participando
107 e logo não dando voz aos seus membros. A plenária encaminhou por comunicar uma vez
108 mais a entidade e deliberar sobre a questão na reunião ordinária de outubro, caso não haja
109 resposta por parte da mesma. A conselheira Lucimar (SESA) comentou que o conselho não
110 avançou em dois mil e dezenove, como por exemplo o tema de acolhimentos institucional.
111 A conselheira Juliana (CRESS) disse que os temas precisam avançar, como por exemplo
112 o novo Plano Estadual, discutido inclusive em outras instâncias em que ela participa, e que
113 é preciso dar seguimento pois o momento não favorável as políticas públicas e as
114 demandas continuam chegando. A sra. Roselene Sonda (CAOPJDH – MPPR) comenta que
115 as questões de orçamento não estão introjetadas nas discussões dos conselhos para
116 elucidar melhor as pautas com ações já compreendidas e com projetos viáveis, como por



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

117 exemplo já é discutido no COPEDH. Essas discussões ajudam a fazer a devida cobrança
118 ao Estado. A conselheira Juliana (CRESS) pergunta sobre qual o papel de cada ator nas
119 ações. Ela comenta que o município de Curitiba se encontra só no desenvolvimento das
120 suas políticas de assistência social, sem a participação do governo do Estado. O
121 conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) pede a palavra para dizer que está fala não
122 condiz, porque o Governo faz seus repasses ao município. Sugere também que na próxima
123 reunião seja convidado um representante do departamento de assistência social do Estado
124 na reunião para fazer uma exposição dos dados corretos. A conselheira Lucimar (SESA)
125 diz que a assistência tem representante e que não vem a duas reuniões. A Presidente
126 Márcia Ponce comenta que estas questões sempre aparecem na discussão e que o debate
127 deve acontecer no âmbito das propostas orçamentárias para viabilizar a execução de
128 propostas que são deliberadas pelo conselho e orientativas a política do migrante. Márcia
129 relata que esta participação dos conselheiros governamentais então é fundamental para
130 em primeiro lugar fazer a discussão e encaminhar na esfera governamental as ações. A
131 mesma rememorou sobre as deliberações básicas feitas no conselho como por exemplo o
132 encaminhamento das propostas da COTERMA para ter o retorno das secretarias e pergunta
133 se elas foram enviadas conforme cronograma estabelecido no conselho. O conselheiro
134 João Guilherme (SEJUF-DEDIF) justifica sobre a questão dos protocolos e a falta de envio
135 das propostas, de que houve um problema com o estagiário que colaborava com ele e o
136 mesmo retirou-se do estágio sem ter feito o envio dos protocolos as secretarias. Registra-
137 se o relato do conselheiro, em que os despachos serão enviados na data de 20 de setembro
138 de 2019. A Presidente Márcia Ponce recordou ainda o recorrente problema da falta das atas
139 para entender no mesmo sentido qual a problemática com os prazos. A sra. Roselene
140 Sonda (CAOPJDH – MPPR) comentou que o CAOPDH oficialará a Secretaria de Justiça
141 questionando sobre de que forma é possível sanar estas dificuldades administrativas, e
142 também sobre a participação dos conselheiros governamentais nos conselhos. Ainda nos
143 informes a Prof. Tatyana (UFPR) comentou que o PMUB não irá mais realizar, por decisão
144 própria, a organização das entrevistas dos solicitantes de refúgio em parceria com o
145 CONARE, uma vez que o Governo do Estado e o CONARE fecharam esta parceria. O
146 conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) disse que está decisão surpreende a rede e
147 ao Governo do Estado pois não partiu do Estado essa desarticulação. Ele comenta que a
148 reunião realizada com o Coordenador de Elegibilidade do CONARE em visita ao Paraná foi
149 produtiva e na conversa a SEJUF solicitou também da possibilidade de agregar esforços e
150 realizar também através do CEIM as entrevistas, porém em nenhum momento de cessar o
151 trabalho na UFPR. A Presidente Márcia Ponce comentou que na última reunião plenária
152 que foi solicitado que o momento aberto a comunidade da reunião de hoje fosse aberto
153 para os migrantes virem apresentar várias demandas ao conselho. Ela expressa a
154 preocupação aos conselheiros da não participação dos conselheiros pelo período da noite
155 e solicita a adesão de todos ao momento de partilha. A conselheira Lucimar (SESA)



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

156 comenta que é uma ideia com base na experiência da reunião plenária de julho acontecida
157 no município de Colombo, e que será uma experiência piloto. A proposta é realizar uma
158 roda de conversa. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) seguiu agradecendo à
159 Universidade Federal do Paraná, pela abertura dos campos de futebol do Centro Politécnico
160 para que pudesse ser realizado a copa dos refugiados. O conselheiro também agradeceu
161 a Dr^a Aieda Muhieddine (OAB Paraná) por articular junto a OAB para conseguir um espaço
162 para a partida final que será o Estádio do Pinhão em São José dos Pinhais. **5. Relato da**
163 **DPU sobre protocolos estabelecidos com a APPA;** A Presidente Márcia Ponce relata
164 que os representantes não puderam comparecer a reunião, mas comentará as questões
165 deste item. Foi realizado uma visita à Paranaguá, junto ao escritório regional da SEJUF em
166 que foi contatado às secretarias do município. A Defensoria Pública avançou com o diálogo,
167 para que a Polícia Federal assumisse o papel junto à defensoria, em notificar a defensoria
168 de todos os casos e situações que chegarem ao porto, para haver a possibilidade de o
169 migrante ter um acompanhamento e a sua regularização migratória atendida. **6. Redigir**
170 **parecer do PL 340/2018 para devolução a Assembleia Legislativa;** A comissão de
171 constituição e justiça da Assembleia Legislativa oficiou o CERMA solicitando um parecer
172 sobre o Projeto de Lei 340/2018. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) sugeriu
173 que fosse criado uma comissão para redigir um texto, para que na próxima reunião este
174 seja aprovado e devolvê-lo à Assembleia Legislativa, compõe-se a comissão com os
175 seguintes conselheiros: Eliete (SECC), Isabela (CAOPDH-MPPR) Dr^a. Aieda Muhieddine
176 (OAB-PR). **7. Informes gerais:** A Presidente Márcia Ponce relata sobre uma questão no
177 município de Rio Negro, onde chegou uma demanda via Diocese de São José dos Pinhais,
178 em que foi recebido um grupo de interiorização de pessoas, sendo feito uma divisão para
179 o acolhimento, com 10 paróquias acolhendo pequenos grupos. Há uma família em Rio
180 Negro que obtiveram alguns problemas, onde houve conflitos violentos entre o casal
181 morador. A migrante registrou um boletim de ocorrência e o companheiro foi preso.
182 Compreendendo a situação a comunidade pagou a fiança dele; a mulher solicitou uma
183 medida protetiva, entretanto o ato violento partia da companheira, e a comunidade tentou
184 resgatar os pertences do companheiro, porém ela não deixou que buscassem, querendo
185 que seu companheiro os buscase. O prazo de permanência na casa onde a família está
186 já esgotou, porém, a migrante se recusa a sair; a comunidade vem solicitando sua saída,
187 pois vêm tendo gastos excessivos por sua parte. Essa problemática implicou nas questões
188 de adesão de outras famílias, pois esta comunidade vem dialogando com outras para que
189 não deixem novas famílias entrarem no projeto. Este pedido da comunidade foi recebido.
190 Foi discutido que ações podem ser desenvolvidas. Foi comunicado e solicitado à Secretaria
191 de Justiça e OIM de que não fosse uma ação isolada, e que necessita ser realizada uma
192 ação da rede para acompanhar, sendo feita uma comissão com várias instituições
193 representantes, para solucionar essa problemática ouvindo as partes e encontrar a
194 conciliação. O conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF) comunicou ainda que a PUC



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

195 enviou através do Programa Lampedusa um ofício solicitando ao conselho a participação
196 na plenária como membros observadores. **Encerramento:** Dá-se por encerrado a
197 discussão dos pontos de pauta, com o fim também da reunião, para dar lugar a roda de
198 conversa com os migrantes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, por
199 mim, conselheiro João Guilherme de Mello Simão, que após lida por todos os conselheiros,
200 será aprovada em plenária.